

1915: 1972-1973). No ano seguinte apresentava os seguintes dados: receitas 31 543\$74, despesas 24 144\$06, lucros 13 220\$74 e ativos no valor de 61 627\$96 (*Seguros, Comércio e Estatística*, n.º 79, 1916: 2526-2527). Em 28 de fevereiro de 1917 realizou-se a assembleia geral ordinária desta empresa que aprovou os resultados referentes a 1916. Em 1924 esta Companhia de Seguros, que se encontrava em fase de liquidação, solicitou autorização para vender e transferir para a Companhia de Seguros A Mundial* a sua carteira de seguros (*Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 195, 1924: 2597), conduzindo depois a um processo de fusão entre três companhias seguradoras do Porto, a saber A Comercial*, A Portuense* e a Urbana Portuguesa*. Em fevereiro de 1930 publicava-se a portaria

autorizando a comissão liquidatária da Companhia de Seguros Urbana Portuguesa a proceder ao levantamento do depósito de garantia (*Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 27, 1930: 334).

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Diário do Governo, 2.ª série, n.º 195, de 21 de agosto de 1924, p. 2597; *Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 27, de 3 de fevereiro de 1930, p. 334; *Jornal de Seguros*, Lisboa, de 15 de outubro de 1907, ano II, n.º 42, p. 2; PIRES, Artur, *Seguradoras Nacionais: Apontamentos, Seguradoras, Filiações, Documentos*, s. l., 2000, p. 53; *Revista de Seguros*, Porto, de 15 de abril de 1910, ano I, n.º 2, pp. 18-20; *Revista de Seguros*, Porto, de 15 de fevereiro de 1911, ano II, n.º 12, pp. 145-146; *Seguros, Comércio e Estatística*, Porto, de 15 de fevereiro de 1914, ano V, n.º 48, p. 1102; *Seguros, Comércio e Estatística*, Porto, de 15 de setembro de 1916, ano VII, n.º 79, pp. 2526-2527 (mapa extratexto).

ABM

COMPANHIA GERAL DE SEGUROS MINERVA (1917-1924)

Sediada em Coimbra, na Rua do Visconde da Luz, 8 (*Jornal de Seguros*, n.º 305, de 30 de setembro de 1918: 4), a Companhia Geral de Seguros Minerva obteve a necessária autorização governamental para se constituir definitivamente através da Portaria n.º 1123, de 27 de outubro de 1917 (*Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 186, de 27 de outubro de 1917). Seguiu-se a escritura de constituição da sociedade — assente nos livros do notário conimbricense Joaquim Gaspar de Matos —, realizada a 5 de novembro do mesmo ano, onde se oficializou o compromisso estatutário da firma, assinado pelos seguintes sócios fundadores, residentes na cidade sede da instituição: Dr. Mário de Aguiar (advogado); Daniel Pedroso Baptista (proprietário); Dr. Porfírio da Costa Novais (advogado); Dr. Pedro de Sande Mexia Aires de

Campos Vieira da Mota (proprietário); Francisco de Alfena (empregado comercial); Adriano Marques (proprietário); Cassiano Dinis Corte Real (empregado público); Francisco da Cunha Matos (secretário da Câmara Municipal de Coimbra); Manuel Abílio Simões de Carvalho (empregado da Câmara Municipal de Coimbra) (*Diário do Governo*, 3.ª série, n.º 269, de 16 de novembro de 1917). Com estatuto de sociedade anónima de responsabilidade limitada (capítulo II, artigo 1.º), por tempo indeterminado (artigo 3.º), a Companhia apresentou como principais finalidades: «1.º Efectuar seguros e resseguros sobre todos os ramos admitidos nesta industria como terrestres, marítimos, incluindo os de guerra, agrícolas, pecuários, postais, cristais, contra roubo, greve, tumultos, inundações e em geral sobre todas as even-

tualidades que possam afectar a propriedade mobiliária ou imobiliária; 2.º Efectuar seguros sobre a vida humana em todas as suas manifestações, incluindo acidentes de trabalho; 3.º Efectuar quaisquer operações que se relacionam com a industria de seguros e permitida por lei [...]» (Artigo 4.º) O capital social fixou-se nos 500 000\$00 — repartido em 5000 ações de 100\$00 cada uma —, existindo ainda a possibilidade de um futuro aumento até ao limite autorizado de 1 000 000\$00 (capítulo II, artigo 5.º). No caso de as perdas ultrapassarem o valor equivalente a mais de metade do capital social emitido, a Companhia entrará em dissolução, num processo que pode igualmente ser obtido a partir da decisão de metade dos acionistas, tendo em sua posse mais de três quartos do capital (capítulo IV, artigo 31.º). A administração da Companhia de Seguros ficou inicialmente a cargo de três sócios diretores — Daniel Pedroso Baptista, Dr. Fernando de Figueiredo e Dr. Mário de Aguiar (capítulo VII, artigo 37.º; *Jornal de Seguros*, n.º 285, de 15 de dezembro de 1917: 1) — e, já em março de 1918, apresentou correspondentes «em todas as cidades, vilas e aldeias mais importantes do paiz», com a delegação de Lisboa entregue à consignação da firma J. Braulio Crespo & C.^a, instalada na Rua Áurea, 232, 2.º (*Jornal de Seguros*, n.º 305, de 30 de setembro de 1918: 2-4). A conjuntura vivida no mercado dos seguros no período da I Guerra Mundial propiciou uma grande proliferação de sociedades — na qual a Companhia Geral de Seguros Minerva se inclui —, com diferentes abrangências e ramos de atividade, levando a que, mais tarde, após a cessação do conflito beligerante, um número significativo de firmas tivesse dificuldade em subsistir, entrando em processos de

falência, fusão ou incorporação (Mateus, s. d.: 43-44). Já no ano de 1918, o *Jornal de Seguros*, numa análise ao panorama segurador português, vaticinou, do seguinte modo, os problemas inerentes ao excesso de companhias no mercado: «Temos ouvido algumas pessoas [...] manifestarem vivos receios pelas eventualidades que podem fazer perigar, num período breve, a vida de algumas companhias. Vivem elas nesta ocasião e quasi das circunstâncias que derivam do estado de guerra [...]. Mas, quando a guerra acabar e vierem a cessar os seus efeitos, dizem os espíritos receosos a que nos referimos, desaparecerão como por encanto essas grandes receitas, subsistirão os encargos e compromissos já contraídos e produzir-se-á um desequilíbrio funesto para companhias que ainda pouco antes se julgavam nas condições prometedoras e desafogadas.» («As novas companhias», *Jornal de Seguros*, n.º 305, de 30 de setembro de 1918: 1.) O percurso de vida da Minerva poderá, de algum modo, se enquadrar no que então foi diagnosticado, ainda que a escassez de fontes não possibilite, com exactidão, uma análise mais extensa sobre a sua atividade. A partir dos diários oficiais constata-se a autorização governamental, dada a 11 de setembro de 1919, para converter o depósito legal de 25 000\$00 em bilhetes do Tesouro (Portaria n.º 1985, *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 183, de 11 de setembro de 1919) e já em 25 de março de 1924, na Portaria n.º 3957, regista-se a anuência por parte do Estado para a transferência de toda a sua carteira comercial para a Companhia de Seguros Comércio e Indústria*, com sede em Lisboa, dando assim por terminada a sua existência no mercado segurador (*Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 66, de 25 de março de 1924; Reis, 2000: 62 e 77).

FONTES E BIBLIOGRAFIA

«As novas companhias», *Jornal de Seguros*, n.º 305, de 30 de setembro de 1918, p. 1; «Indústria de seguros — Necessidade da sua remodelação em Portugal», *Jornal de Seguros*, n.º 431, de 30 de setembro de 1925, p. 1; LAPA, Albino, *Seguros em Portugal (Estudo Histórico)*, Lisboa, ed. de Autor, 1939; MATEUS, Margarida, «Modelo institucional da supervisão de seguros em Portugal no período 1907-2007», disponível em <http://www.isp.pt> (acedido em 10 de julho de 2012); «Minerva», *Jornal de Seguros*, n.º 291, de 15 de março de 1918, p. 2; «Novas Companhias», *Jornal de Seguros*, n.º 285,

de 15 de dezembro de 1917, p. 1; REIS, Artur, *Seguradoras Nacionais: Apontamentos, Seguradoras, Filiações, Documentos*, Lisboa, Fidelidade/Caixa Geral de Depósitos, 2000; Legislação: Portaria n.º 1123, *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 186, de 27 de outubro de 1917; Portaria n.º 1985, *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 183, de 11 de setembro de 1919; Portaria n.º 3967, *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 66, de 25 de março de 1924; Estatutos, *Diário do Governo*, 3.ª série, n.º 269, de 16 de novembro de 1917.

DMF

COMPANHIA GERAL RESSEGURADORA (1942-1969)

No dia 5 de agosto de 1942 foi constituída uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, com a denominação de Companhia Geral Resseguradora, através de escritura efetuada na sede do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa*, localizada na Rua do Comércio, 95, em Lisboa. A escritura foi efetuada pelo notário da Comarca, Doutor Pedro Augusto dos Santos Gomes. A constituição definitiva da Companhia Geral Resseguradora foi autorizada por portaria do Ministério das Finanças de 29 de julho de 1942 (*Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 178, de 1 de agosto de 1942). Esta sociedade estava sediada em Lisboa, na Rua dos Douradores, 20, 3.º De acordo com os seus estatutos, a sociedade tinha por objetivo «efetuar todas as operações de resseguros e retrocessões contra qualquer risco, sem exceção, tanto no continente como nas ilhas, colónias ou estrangeiro». A Companhia Geral Resseguradora estava autorizada a exercer a indústria de resseguros, explorando inicialmente os ramos «Incêndio», «Transporte terrestre», «Marítimo», «Postal» e «Acidentes pessoais». Em 1944 a direção da Companhia julgou conveniente

alargar a sua atividade ao ramo «Vida», para o qual foi obtida a necessária autorização da Inspeção de Seguros. Quatro anos mais tarde é também concedida a autorização para o exercício da atividade resseguradora no ramo «Aéreo». O alargamento da atividade da empresa continuou em 1952, com o início da exploração dos ramos «Quebra de vidros», «Assaltos», «Greves» e «Tumultos». Em 1955 a Companhia Geral Resseguradora começou igualmente a explorar os ramos «Responsabilidade civil» e «Automóveis» (incluindo responsabilidade civil), mediante autorização concedida pela Portaria do Ministério das Finanças de 21 de novembro. O capital social da Companhia era de 1 000 000\$00, realizado quanto a 50%, e dividido em 1000 ações, no valor de 1000\$00 cada. Durante todo o período de atividade da Companhia não há registo de quaisquer aumentos de capital, apesar de os estatutos preverem a possibilidade de elevar o capital até 5 000 000\$00, quando se julgasse conveniente e após parecer favorável do conselho fiscal. Na origem da Companhia Geral Resseguradora estiveram três companhias de